

Número:

Data:

Título:

DECRETO Nº 1.442, DE 18 DE ABRIL DE 2018.

**Regulamenta o artigo 32 da Lei Complementar nº 550, de 27 de novembro de 2014 e outras disposições.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso III, da Constituição Estadual, tendo em vista o que consta no Processo nº 611003/2017 (Processo nº 373122/2017, apenso), e

**Considerando** os dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 550/2014;

**Considerando** os dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 04/1990;

**Considerando** os dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 207/2004;

**Considerando** o art. 4º da Lei Estadual nº 7.692/2002;

**Considerando** os dispositivos do Decreto Estadual nº 2.328/2014;

**Considerando** os princípios da eficiência e do interesse público por meio da racionalização dos procedimentos administrativos;

**Considerando** a necessidade de desburocratizar a Administração Pública por meio da eliminação de controles cujo custo de implementação seja manifestadamente desproporcional em relação ao benefício;

**Considerando** que o controle da disciplina, para ser eficaz, deve ser constituído de mecanismos adequados, uma vez que a finalidade é a garantia da ordem e da justiça, visando atender ao interesse público;

**Considerando** que a doutrina e o Direito Disciplinar recepcionam o princípio da oportunidade da ação disciplinar, pelo qual o gestor pode encontrar soluções alternativas que atendam ao fim do controle da disciplina;

**Considerando** que o Direito Disciplinar não está restrito apenas a lei, mas é formado por princípios informativos próprios e tem a finalidade precípua de aprimorar o servidor e melhorar o serviço público;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Regulamentar o artigo 32 da Lei Complementar nº 550, de 27 de novembro de 2014 e normatizar o fluxo de processos e procedimentos referentes ao Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual, do qual a Controladoria Geral do Estado constitui-se como órgão central e gestor.

**Da Admissibilidade**

**Art. 2º** As notícias de supostas infrações administrativas disciplinares referentes à servidores públicos civis do Poder Executivo Estadual devem ser remetidas à Secretaria Adjunta de Corregedoria Geral do Estado - Unidade da Controladoria Geral do Estado, para auxílio na admissibilidade e emissão de minuta de portaria inaugural, exceto se:

I - couber ao fato noticiado a aplicação do instituto Ajuste de Conduta, disciplinado pelo Decreto nº 2.328, de 29 de abril de 2014;

II - couber ao fato noticiado a aplicação do Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), disciplinado pela Instrução Normativa CGE nº 001/2017;

III - os fatos noticiados estiverem descritos como infrações na Lei Complementar nº 112, de 1º de julho de 2002;

IV - ainda não houver indícios de autoria e materialidade que indiquem responsabilidade de servidor público civil pertencente aos quadros do poder executivo estadual;

V - houver indícios de ocorrência de crime e o inquérito policial estiver em andamento, salvo se encontradas evidências de suposta infração administrativa disciplinar que indiquem responsabilidade de servidor público civil pertencente aos quadros do poder executivo estadual;

VI - os fatos cujo transcurso de tempo entre o momento de análise de admissibilidade e o conhecimento pela autoridade competente tenha sido alcançado pela prescrição da pretensão punitiva, sem prejuízo das averiguações de responsabilidade.

**Parágrafo único.** A análise prévia de que trata este artigo caberá à Unidade Setorial de Correição, quando houver, ou à servidor designado pela autoridade máxima do órgão ou entidade, que contará com o apoio técnico da Secretaria Adjunta de Corregedoria Geral.

**Art. 3º** As notícias de supostas infrações administrativas disciplinares referentes à servidores públicos civis do Poder Executivo Estadual encaminhadas à Secretaria Adjunta de Corregedoria Geral para auxílio de admissibilidade serão distribuídas entre Auditores do Estado, que emitirão Parecer de Admissibilidade, mediante Ordem de Serviço de Corregedoria.

**§ 1º** Verificando o Auditor do Estado que o processo pende de informações para a realização de admissibilidade, poderá solicitar diligências ou realizá-las.

**§ 2º** As notícias de supostas infrações administrativas disciplinares referentes à servidores públicos civis do Poder Executivo Estadual devem ser encaminhadas à Secretaria Adjunta de Corregedoria Geral contendo informações mínimas, tais como:

I - comprovação de que a pessoa física que supostamente praticou a infração é servidor público civil do Poder Executivo Estadual;

- II - informações sobre a lotação do servidor, carga horária da carreira e identificação de sua chefia imediata;
- III - cópia de seu histórico funcional;
- IV - no caso de contratos temporários: cópia do contrato e do edital do processo seletivo;
- V - cópia do inquérito policial - se caso for;
- VI - informações de processos administrativos disciplinares anteriores - se caso for;
- VII - informações sobre processos judiciais em curso sobre o tema noticiado se houver;
- VIII - demais informações que imaginem pertinentes para a análise dos fatos noticiados e a identificação do servidor.

§ 3º Emitido Parecer de Admissibilidade com opinião pela instauração de procedimento administrativo disciplinar, será encaminhado ao órgão ou entidade, juntamente com o parecer, minuta de portaria inaugural e de seu extrato.

§ 4º A numeração e a publicação das portarias de instauração de procedimentos administrativos disciplinares caberá ao órgão ou entidade instaurador, exceto se o processo for avocado pelo Controlador Geral do Estado.

#### **Do Termo Circunstanciado Administrativo**

**Art. 4º** A formalização do Termo Circunstanciado Administrativo será realizado no âmbito do órgão ou entidade, conforme os dispositivos da Instrução Normativa CGE nº 001/2017 e o seu registro e controle cabe à Controladoria Geral do Estado, por meio da Secretaria Adjunta de Corregedoria Geral.

§ 1º O registro e controle será realizado por meio de informações fornecidas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, após a formalização do Termo Circunstanciado Administrativo e a efetiva restituição do bem ou indenização do valor.

§ 2º Nos órgãos e entidades que houver Unidade Setorial de Correição, a informação deverá ser encaminhada pela unidade, por meio de relatório, até o último dia útil de cada mês.

§ 3º Nos órgãos e entidades que não houver Unidade Setorial de Correição, a informação deverá ocorrer individualmente, após a formalização de cada Termo Circunstanciado Administrativo e a efetiva restituição do bem ou indenização do valor.

#### **Das Diligências**

**Art. 5º** Quando ausentes ou frágeis as notícias de ocorrência de infrações administrativas disciplinares, deverão ser realizadas diligências no âmbito dos órgãos ou entidades, com o fito de averiguar se existentes indícios de autoria e materialidade acerca da notícia.

§ 1º A diligência é fase interna, que visa investigar preliminarmente se presentes indícios de ocorrência de fatos que possam apontar responsabilidade administrativa disciplinar à servidor público civil do poder executivo estadual.

§ 2º Nos órgãos e entidades que houver Unidade Setorial de Correição, a diligência poderá ser impulsionada pelo seu coordenador, que designará - por meio de despacho - servidor lotado na unidade, que terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para realizar os trabalhos investigativos.

§ 3º Nos órgãos e entidades que não houver Unidade Setorial de Correição, a diligência poderá ser impulsionada pela autoridade máxima do órgão ou entidade, que designará - por meio de despacho - servidor lotado na unidade, que terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para realizar os trabalhos investigativos.

**Art. 6º** As diligências serão finalizadas com relatório sucinto e objetivo, emitido pelo servidor designado para a investigação, no qual deverá conter:

- I - breve relato dos fatos;
- II - informações e documentos coletados;
- III - convencimento acerca dos indícios de autoria e materialidade dos fatos noticiados.

§ 1º Nos casos em que a suposta infração administrativa disciplinar, se existente, também configurar crime, deverá ser juntado aos autos as informações acerca do inquérito policial e a sua conclusão sobre o envolvimento ou não de servidor público civil do Poder Executivo estadual no fato.

§ 2º Nos casos previstos no § 1º e que já houver processo judicial, a cópia destes também deverão ser juntados aos autos, se não estiverem gravados de sigilo.

**Art. 7º** Concluídas as diligências e não havendo indícios de autoria e materialidade, a autoridade máxima do órgão ou entidade poderá determinar o seu arquivamento, informando-se à Secretaria Adjunta de Corregedoria Geral.

**Parágrafo único.** Nos órgãos e entidades que houver Unidade Setorial de Correição, a informação deverá ser encaminhada pela unidade, por meio de relatório, até o último dia útil de cada mês.

#### **Do Reconhecimento da Prescrição da Pretensão Punitiva**

**Art. 8º** Realizada análise preliminar dos fatos noticiados e verificada a prescrição da pretensão punitiva, a autoridade máxima do órgão ou entidade poderá reconhecer e determinar o seu arquivamento, mediante decisão fundamentada, sem prejuízos de determinação para apuração das razões da inércia de processamento tempestivo.

§ 1º Os arquivamentos por prescrição da pretensão punitiva deverão ser informadas por meio de relatório mensal à Secretaria Adjunta de Corregedoria Geral, nos órgãos e entidades que houver Unidade Setorial de Correição e Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, e permanecer em arquivo provisório até a realização de correição pela Controladoria Geral do Estado.

**§ 2º** Nos órgãos e entidades que não houver as estruturas de correição previstas no § 1º, a informação deverá ser encaminhada individualmente.

### **Disposições Gerais**

**Art. 9** Compete à Controladoria Geral do Estado, por meio da Secretaria Adjunta de Corregedoria Geral, manter o registro e o controle dos procedimentos administrativos disciplinares instaurados referentes à servidores públicos civis no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

**§ 1º** Para atender ao disposto do *caput* deste artigo e para fins de recebimento do que determina o artigo 15 da Lei Complementar nº 550/2014, cabe aos coordenadores das Unidades Setoriais de Correição e presidentes das Comissões Permanentes de Processo Administrativo Disciplinar dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual encaminhar, até o último dia útil do mês, Relatório contendo a relação dos procedimentos em andamento, a identificação dos acusados e as suas respectivas comissões processantes; informações sobre os procedimentos em fase de análise prévia; demais informações solicitadas nos artigos desta instrução normativa.

**§ 2º** Nos órgãos e entidades que não houver as estruturas de correição previstas no § 1º, a informação deverá ser encaminhada individualmente, na medida que os procedimentos forem instaurados.

**Art. 10** Os pedidos de prorrogações de prazos processuais, substituições de membros em comissões processantes de processos em andamento, incidentes e demais atos que necessitem de manifestação da autoridade instauradora deverão ser analisados no âmbito dos órgãos e entidades.

**§ 1º** Os casos descritos no *caput* deste artigo deverão ser encaminhados à Secretaria Adjunta de Corregedoria Geral se:

I - o Controlador Geral do Estado atuar como autoridade instauradora, de forma conjunta com a autoridade máxima do órgão ou entidade;

II - o Controlador Geral do Estado atuar como autoridade instauradora do procedimento por avocação.

**§ 2º** Cabe à Controladoria Geral do Estado, por meio da Secretaria Adjunta de Corregedoria Geral auxiliar tecnicamente as Unidades Setoriais de Correição, as Comissões Permanentes de Processo Administrativo Disciplinar e as autoridades máximas dos órgãos e entidades, emitindo orientações e recomendações técnicas de corregedoria, promovendo capacitações, elaborando modelos padronizados de documentos, dentre outros.

**Art. 11** Os processos que na data da publicação deste decreto encontram-se na Secretaria Adjunta de Corregedoria Geral para análise de admissibilidade e enquadram-se nos incisos do artigo 2º desta normativa, deverão ser restituídos aos órgãos e entidades de origem, mediante despacho fundamentado, para que tenha o seu devido processamento.

**Art. 12** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 18 de abril de 2018, 197º da Independência e 130º da República.

  
PEDRO TAQUES  
Governador do Estado

  
JULIO CEZAR MODESTO DOS SANTOS  
Secretário-Chefe da Casa Civil

  
CIRO RODOLPHO PINTO DE ARRUDA SIQUEIRA GONÇALVES  
Secretário Controlador-Geral do Estado